



feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE

PARECER JURÍDICO

Autuado: FRIGORIFICO GRAMADO LTDA	
Processo: 026/1982/007/2005	
Referência: AI 3200/2005 - DEFESA	
Tipo de infração: GRAVÍSSIMA	Porte: MÉDIO

I – RELATÓRIO

Frigorifico Gramado Ltda. foi autuado pela infração ao item 1, do parágrafo 3º, do art.19, do Decreto 39.424/98:

“instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, sem Licenças Prévia, de Instalação ou de Operação emitidas pelas Câmaras Especializada do COPAM ou seus órgãos seccionais de apoio, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental”.

O processo encontra-se regularmente formalizado.

Tempestivamente apresentou Defesa, alegando em síntese o seguinte:

- ✓ No momento da vistoria a graxaria encontrava-se em operação e não foi constatado odores significativos entorno do empreendimento.
- ✓ Portanto, não configurando a fundamentação do item 1, do parágrafo 3º, do artigo 19, que cuida de infração se CONSTATADA A EXISTÊNCIA DE POLUIÇÃO.
- ✓ Não se pode caracterizar e constatar a poluição por meras denúncias, enquanto no MOMENTO DA VISTORIA FOI CONSTATADO QUE A GRAXARIA POSSUÍA SISTEMAS DE CONTROLE DOS GASES E NÃO FOI CONSTATADO POLUIÇÃO.
- ✓ Mister esclarecer que o Auto de Infração consubstanciou no Relatório de vistoria 11517/2005, não tendo a ATIVIDADE DA UNIDADE PROCESSAMENTO DE SUBPRODUTO – GRAXARIA causado poluição, a infração tipificada no AI 3200/2005 NÃO ESTÁ CARACTERIZADA CORRETAMENTE, pois se assim o fosse deveria estar enquadrada no item 1, parágrafo 2º, do artigo 19, do Decreto 43127/2002.

- ✓ A fixação da pena de multa deve ser no mínimo possível.
- ✓ Considerando que a graxaria possui SISTEMA DE CONTROLE DOS GASES, com limitação de poluição ambiental, presente está a atenuante enquadrada na alínea "a", do inciso I, do art. 3º, da DN 64/2003.
- ✓ A empresa está investindo na melhoria da qualidade ambiental, encaminhando seus efluentes líquidos a uma ETE, apresentado no RCA/PCA, (..) não se pode aceitar a manutenção do Auto de Infração, lavrado totalmente em desacordo com a realidade dos fatos constatados no Relatório de Vistoria 11517/2005, PA 26/1982/2006/2005.
- ✓ Requer a nulidade do Auto de Infração eis que eivado de vício grave.
- ✓ A descaracterização da infração tipificada no Auto de Infração, uma vez que as irregularidades constatadas no Relatório de Vistoria não estão enquadradas no tipo descrito no item 1, do parágrafo 3º, do artigo 19, do Decreto 39.424/98.
- ✓ Caso não seja descaracterizada seja aplicada a pena de Advertência.
- ✓ Caso não seja o entendimento, requer a aplicação de multa no patamar mínimo considerando a circunstancia atenuante constatada com a redução da multa em 1/3.

Verifica-se que os antecedentes do autuado no SIAM, relatam a ocorrência de duas multas por infrações GRAVÍSSIMAS (AI 183/90 – PA 26/82/01/90, e AI 275/95 – PA 26/82/02/95, e ainda mais duas por infrações LEVE (AI 491/96 – PA 26/82/03/96 e AI 239/99 – PA 26/82/04/99), cujos autos foram lavrados em nome de JP Alimentos, ex-proprietária da unidade industrial de abate de aves.

A unidade de graxaria foi instalada em junho de 2005.

I – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico a Defesa não apresenta fatos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração.

A fiscalização foi realizada tendo em vista denúncias que gerou o BO 780.869, de 9/9/2005 bem como denúncia feita pela Promotoria de Justiça de Lagoa Santa.

Assim, a tese defendida pela defesa não merece acolhimento, tendo em vista que os atos administrativos gozam de presunção de legitimidade, cabendo, porém, prova em contrário, que não foi feita nos autos.

Desta forma, caberia ao autuado o ônus de provar que suas emissões atmosféricas encontravam-se dentro dos padrões de qualidade do ar. O fato de no momento da vistoria não ter sido identificados fortes odores, não elide a infração.

A atividade desenvolvida pressupõe potencial poluição e degradação ambiental. O agente público encarregado da vistoria informa em seu relatório que a empresa não possui sistema de controle atmosférico e ainda que a graxaria funciona de 7:00 às 24:00 horas.

III – CONCLUSÃO

Isto posto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM, sugerindo aplicar uma multa no valor de R\$ 50.000,00, **aplicada em dobro**, pela reincidência específica, conforme os artigos 83 e 96 do Decreto 44.844/2008, c/c parágrafo 1º, inciso III, do art. 2º, da DN COPAM 27/98.

É o parecer, s.m.j.

Belo Horizonte, 2 de dezembro de 2009.

Autora: Antonieta Carolina de Almeida Couto da Mata - Consultora Jurídica – OAB/SP 191.342	Assinatura:
Aprovado por: Joaquim Martins da Silva Filho Procurador- Chefe da FEAM OAB/MG 16.076 - MASP 1043804-2	Assinatura: 